



**Apresentação inicial na Comissão Parlamentar
de Inquérito à recapitalização da Caixa Geral de
Depósitos e à gestão do banco**

José de Matos

27 de Julho de 2016

Senhor Presidente da Comissão Parlamentar de
Inquérito,
Senhoras e Senhores Deputados da Comissão
Parlamentar de Inquérito

É para mim um prazer corresponder à
convocatória de V. Exas. e comparecer perante
esta Comissão de Inquérito para poder contribuir
para os trabalhos da Comissão e para a obtenção
dos objetivos que lhe foram fixados pela
Resolução da Assembleia da República de 27 de
Junho de 2016.

Estou a terminar as minhas funções como Presidente Executivo da CGD e gostava nesta ocasião de começar por agradecer aos meus Colegas de Conselho de Administração e Comissão Executiva a forma profissional e dedicada como partilharam comigo os últimos cinco anos ao serviço de uma Instituição que comemora este ano o seu 140^o Aniversário.

Agradeço também aos Dirigentes, Quadros e demais trabalhadores da Caixa que com o seu trabalho dedicado e competente contribuíram decisivamente para que a Instituição cumprisse os

seus objetivos, na medida do possível e num contexto particularmente difícil.

Quer os trabalhadores da Caixa quer os seus Administradores exerceram funções nos últimos anos sujeitos a um enquadramento contratual de exceção, claramente discriminatório relativamente aos seus colegas de instituições concorrentes, mesmo as sujeitas a intervenção pública. Essa situação não é compatível com as exigências de gestão e funcionamento em condições normais da maior e mais importante instituição de crédito do País, num mercado muito concorrencial.

Gostaria que me permitissem iniciar por uma introdução sobre os principais factos e resultados da atividade da CGD nos últimos anos, focada nas questões suscitadas por esta CPI, antes de responder às questões que as Senhoras e os Senhores Deputados entendam colocar-me.

Para dissipar algumas dúvidas que o recente ruído mediático e político sobre a Caixa possa ter suscitado, gostaria de enfatizar os seguintes pontos.

As contas da Caixa Geral de Depósitos **auditadas** e sujeitas à mais **apertada e intrusiva supervisão**

de sempre foram devidamente explicadas nos relatórios que são **públicos** e foram **aprovados em Assembleias Gerais**, em que o acionista Estado sistematicamente aprovou também **um voto de confiança no CA e nos Órgãos de Fiscalização**.

A CGD cumpriu **permanentemente** todas as **exigências em matéria de capital e liquidez**. mais folgadoamente no que respeita à liquidez, mais parcimoniosamente no que respeita ao capital.

A CGD cumpriu integralmente as **exigências que o MoU do PAEF** previa explicitamente para a Instituição (desalavancagem e alienação das participações financeiras não estratégicas, incluindo da actividade seguradora) com acompanhamento regular por parte dos representantes dos credores oficiais do País.

Na sequência da recapitalização de 2012 – 750 M € em capital e 900 M € em instrumentos contingentes, os chamados CoCos --, considerada como “ajuda de Estado”, o Estado assinou com a DG de Concorrência da CE um Programa de Reestruturação que impunha exigências à CGD

que, **no que dela dependia**, foi escrupulosamente respeitado, embora circunstâncias fora do nosso controlo tenham impedido a obtenção integral dos resultados pretendidos.

As **condições económicas e financeiras em Portugal e na Europa** revelaram-se muito mais negativas para o desempenho financeiro do sistema bancário português, tanto antes como depois do início do Programa de Reestruturação, com consequências negativas para a geração orgânica de capital.

Refira-se que outros bancos tiveram aumentos de capital pelos seus acionistas que, em alguns

casos, permitiram o reembolso total ou parcial de capital contingente (CoCos). No caso da Caixa, essa possibilidade não se concretizou, sendo que **em termos relativos** a capitalização da Caixa em 2012 foi a mais baixa do sistema bancário Português e das mais baixas em termos Europeus.

O fraco crescimento na área do euro e o nível de inflação muito abaixo do objetivo conduziu a uma política monetária muito expansionista pelo BCE, em especial após meados de 2014, com reflexo no nível extremamente baixo das taxas de juro de curto e longo prazo. Este contexto de mercado em que o Plano de Restruturação e **a estratégia**

inerente à Carta de Missão (de Maio de 2013)

foram implementados foi significativamente mais adverso que o inicialmente projetado:

- recuperação macroeconómica muito mais lenta; e
- muito mais baixas taxas de juro;

A quebra muito significativa das taxas de juro de curto prazo e a procura de crédito deprimida afetaram negativamente a **margem financeira**. Este facto é também afetado por uma estrutura de balanço com um peso elevado de financiamentos

a médio e longo prazos, quer a particulares (habitação), quer a empresas.

A redução do nível das taxas de juro de longo prazo e/ou o alargamento de *spreads* da dívida pública portuguesa afetaram mais recentemente os **resultados em operações financeiras** ou tiveram um impacto negativo direto nos fundos próprios, via **reservas avaliadas a justo valor**.

Os fundos próprios reduziram-se também significativamente pelo impacto na alteração das **hipóteses atuariais do fundo de pensões**, no mesmo ano aliás em que a venda muito bem

sucedida da atividade seguradora contribuiu muito positivamente para os resultados e fundos próprios.

A recessão e a fragilidade da recuperação económica afetaram também muito negativamente os resultados da CGD por via dos perdas por **provisões e imparidades** associadas a crédito, particularmente a empresas sobre-endividadas, e outros ativos financeiros.

Estas perdas resultaram de **operações originadas em anos anteriores**, contribuindo muito significativamente para os prejuízos que

tiveram de ser reconhecidos nos últimos cinco anos. Esta “limpeza de balanço” foi acompanhada de uma radical **reorganização das atividades de recuperação de crédito**, quer de empresas quer de particulares.

Aos prejuízos que a CGD teve de registar, e portanto redução por essa via dos seus fundos próprios, vieram juntar-se requisitos regulatórios de capital que têm vindo a aumentar de forma continuada ao longo dos últimos anos, antes e especialmente depois do início do Plano de Restruturação (PR).

Desde o início do Plano de Reestruturação, os requisitos para a CGD do rácio de capital *Common Equity Tier 1* (CET1) aumentaram quase 3 pontos percentuais (cada ponto percentual corresponde *grosso modo* a 600 milhões de euros)

A CGD necessita de capital adicional em 2016 e 2017 para cumprir com os requisitos mínimos prudenciais, incluindo naturalmente um *buffer* de gestão. As necessidades de capital provêm essencialmente de novos requisitos de capital, mas também de diversos fatores externos, que afetaram o desempenho da CGD.

Esta situação foi sendo evidenciada ao logo de várias revisões com cadência trimestral/semestral do Plano de Financiamento e Capital (FCP, de *Funding and Capital Plan*), em particular desde o primeiro semestre de 2015. Esta evolução, particularmente no curto prazo, resultou das referidas exigências regulatórias e foi-se traduzindo em previsões de necessidades de capital progressivamente mais elevadas e mais urgentes, de que fomos dando conhecimento ao Ministério das Finanças, como órgão de tutela e representante do Acionista, bem como às autoridades de supervisão, aliás destinatários primordiais desses exercícios regulares.

Contudo, através da implementação do Plano de Restruturação e de medidas adicionais, a CGD conseguiu mitigar uma parte relevante dos desvios de capital.

A CGD tem tomado proactivamente medidas viáveis para melhorar a sua eficiência e rentabilidade, no entanto, estas medidas adicionais não foram suficientes para satisfazer o reforço muito acentuado das exigências prudenciais.

CGD tem cumprido de forma consistente os compromissos do Plano de Restruturação (PR), exceto o *Cost to Income*, quase atingido em 2014. Este progresso tem vindo a ser reconhecido pelo *Monitoring Trustee*.

O Grupo CGD tem vindo a adaptar-se proactivamente a um contexto económico e regulamentar cada vez mais desafiante. A CGD tem vindo a realizar um esforço significativo para reestruturar as suas operações, nomeadamente refocando a sua atividade no negócio de retalho de empresas.

Adicionalmente, a CGD tem vindo a reduzir os custos dos depósitos e a ajustar a sua estrutura de forma contínua – significativa redução dos custos com pessoal e em fornecimentos e serviços de terceiros, incluindo um plano de redução de efetivos (reformas antecipadas) e de encerramento de agências.

A nível do balanço, a CGD fez um esforço já mencionado para se dotar de uma estrutura capaz de gerir e reduzir os seus NPEs (*Non Performing Exposures*).

Na sua atividade internacional, a CGD reestruturou com sucesso a sua operação espanhola e tem vindo a focar-se no crescimento sustentável e prudente em mercados relevantes para as exportações e internacionalização das empresas portuguesas suas clientes, o que contribuiu positivamente para a rentabilidade do Grupo CGD.

Em matéria de Governação, foram introduzidas alterações estruturais em diversas áreas, nomeadamente a criação de várias novas Comissões ao nível do CA (com destaque para a Comissão de Risco). Na área de gestão de Risco

houve concentração de esforços na resposta a requisitos de relevo para diferentes *stakeholders*, nomeadamente do Banco de Portugal e do BCE.

A CGD evoluiu para um modelo de funcionamento corporativo, assegurando unidade na visão e cultura do Grupo, alinhamento estratégico com todas as entidades, procurando uma gestão integrada e coordenada.

Para melhorar a sua rentabilidade – o seu desafio mais difícil, como de resto para a generalidade dos bancos - a CGD tem vindo a implementar uma estratégia que integra o Plano de Restruturação e

e medidas adicionais que excedem as exigências mínimas da DG Comp (excetuando o *Cost to Income*), num contexto económico adverso para a indústria bancária europeia. Contudo, os benefícios das medidas adotadas são graduais e o seu impacto só será totalmente materializado a médio prazo.

As últimas projeções apresentadas aos supervisores pelo atual CA no final do primeiro trimestre do corrente ano reforçavam o percurso da CGD para níveis de viabilidade e rentabilidade a médio prazo mais ajustados às referências do sector financeiro europeu, constituindo **uma base**

de trabalho para um diálogo que o Acionista terá prosseguido com as Autoridades Europeias e em que já não fomos chamados a participar.

Com a autorização do Senhor Presidente, passarei agora rapidamente uma apresentação que permite ilustrar e documentar os aspetos fundamentais referidos.

[...]

[Apresentação]

[...]

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores
Deputados, muito obrigado pela vossa atenção.
Estou à vossa disposição para responder às
questões que possa e saiba responder.